Capítulo VI

Os 46 dias de greve no *Jornal do Comércio* em 1974

*The 46 days of strike in
Jornal do Comércio in 1974*

Pedro Marques Gomes

Instituto Politécnico de Lisboa,
Escola Superior de Comunicação Social
Universidade Lusófona. NOVA-FCSH,
HTC — História, Territórios e Comunidades
pgomes@escs.ipl.pt

Resumo: Derrubada a ditadura a 25 de abril de 1974, assiste-se a uma vaga de purgas políticas que atravessam praticamente todos os órgãos de informação, exigindo-se a demissão de administrações e direções conotadas com o anterior regime. No *Jornal do Comércio* os trabalhadores opõem-se, precisamente por esse motivo, à permanência do diretor, além de avançarem com várias outras reivindicações do foro laboral. Para atingirem os seus objetivos, vão enfrentar a administração, que recusa ceder às exigências que lhe são apresentadas. Decidem avançar com uma greve, que vai durar 46 dias e que será muitíssimo mediatizada. Este estudo procura acompanhar este processo de confronto entre trabalhadores e administração, ocorrido no *Jornal do Comércio* em agosto de 1974, analisando os seus principais contornos e tomadas de posição para, assim, contribuir para um melhor conhecimento sobre a história da imprensa durante a revolução (1974-1975), bem como acentuar a relevância do setor da informação nas lutas políticas e sociais que então ocorreram.

Palavras-chave: *Jornal do Comércio*; imprensa; greve; revolução portuguesa de 1974-1975

Abstract: With the dictatorship's fall on the 25th of April 1974, a wave of political purges spanning across almost all information bodies followed, demanding the resignation of managers and directors associated with the previous regime. In *Jornal do Comércio*, workers oppose, precisely for this reason, to the director's permanence, while they advance with other worker claims. To reach their goals, they will face administration, who refuses to give in to the demands it is presented with. They consequently decide to proceed with a strike, which will last for 46 days and will be heavily mediatized. This study aims to follow this confront between workers and administration, which took place in *Jornal do Comércio* in August 1974, analysing its main features and positions, in order to contribute to a better understanding of the press during the Portuguese revolution (1974-1975), as well as to highlight the relevance of the information sector in the political and social fights that occurred then.

Keywords: *Jornal do Comércio*; press; strike; portuguese revolution of 1974-1975

Introdução

Em 25 de abril de 1974, o *Jornal do Comércio* (JC) contava com mais de 120 anos de história. O seu cabeçalho fixava orgulhosamente o título de “diário mais antigo do país”. Tinha vivido a crise da Monarquia Constitucional e do sistema liberal, a implantação e a queda da I República, atravessara a Ditadura Militar e as longas décadas de ditadura do Estado Novo.

Chegado às bancas em 17 de outubro de 1853, o *Jornal do Comércio* dirigia-se ao mesmo tempo “aos produtores e consumidores, aos que oferecem os seus produtos à venda, aos que necessitam de se prover deles”, como se salientou, no jornal, logo no texto de apresentação (citado em Lemos, 2020, p. 90). A sua designação sofreu alterações ao longo do tempo — *Jornal do Comércio, Agricultura e Indústria; Jornal do Comércio e das Colónias* — até fixar definitivamente, a partir de 1 de janeiro de 1941, o nome *Jornal do Comércio*.

Jornal matutino de Lisboa, com redação e tipografia no Bairro Alto, de cariz económico e financeiro, procurava, no entanto, apresentar conteúdos informativos mais gerais. Pertencia, no final do Estado Novo, ao grupo Miguel Quina (Banco Borges & Irmão e Banco de Crédito Comercial), detentor também do *Diário Popular* ou da revista *A Semana* e, a 25 de abril de 1974, tinha como diretor Carlos Machado, que ocupava o cargo desde 1972, ainda

que interinamente, depois de ter vindo a assumir a função de secretário-geral. Tratava-se, portanto, de uma figura que há muito se encontrava na empresa e com um papel relevante.

O *JC* era um jornal claramente conotado com o regime autoritário, tanto que, na edição do dia 25 de abril de 1974, nada disse acerca das operações militares que derrubaram a ditadura, ao contrário do que sucedeu com a esmagadora maioria dos títulos de imprensa, alguns deles lançando inclusivamente mais do que uma edição nessa data. Entre as notícias do dia, o destaque do *JC* foi para uma reunião entre o Presidente da República, Américo Tomás, e o administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ilustrada com uma fotografia¹. Os seus leitores terão de esperar pelo dia 26 para poderem ler, na primeira página, que “o governo rendeu-se incondicionalmente ao general António de Spínola que preside à Junta de Salvação Nacional”, que “a população veio para a rua e aderiu, com entusiasmo, ao pronunciamento” e que Marcelo Caetano e Américo Tomás haviam partido para a Madeira².

Tendo em consideração este breve contexto introdutório, este estudo procura analisar o *Jornal do Comércio* a partir de um caso concreto que ocorreu no periódico no imediato pós-25 de Abril de 1974 e que o abalou fortemente, mas que teve contornos que extravasam o âmbito da empresa que era sua proprietária: uma greve de trabalhadores, iniciada em agosto de 1974, que rapidamente atinge repercussões no setor da informação em geral. Através da consulta de imprensa e de intervenções televisivas disponíveis, de legislação e documentação, bem como de bibliografia diversificada, procuramos traçar os contornos essenciais deste relevante caso do processo revolucionário português no que aos *media* diz respeito.

A revolução e os conflitos nos órgãos de informação

Os conflitos nos órgãos de informação, tal como as lutas pelo seu controlo, têm início logo após o derrube da ditadura pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), a 25 de abril de 1974. As forças em presença procuraram dominar os *media* e a sua orientação ideológica de modo a difundir mais facilmente as suas ideias para o país e, por outro lado, silenciar ou, pelo menos, diminuir o protagonismo dos que defendiam ideias opostas às suas, particularmente em temas considerados mais sensíveis naquele momento. Tudo isso teve fortes reflexos nas redações, nas quais, ao fim de décadas de censura, os jornalistas viveram intensamente os agitados tempos da revolução, em que em tudo se “respirava” política. Foi um período de “saturação ideológica dos órgãos de informação” e de “impossível neutralidade jornalística” (Mesquita, 1994, pp. 361 e 363), em que não apenas jornalistas, mas também trabalhadores de todos os outros

1 *Jornal do Comércio*, 25 de abril de 1974.

2 *Jornal do Comércio*, 26 de abril de 1974.

setores das empresas jornalísticas — como tipógrafos, gráficos, revisores — se envolveram quer nos combates políticos, quer nos conflitos internos que ocorreram nas empresas.

No interior dos jornais, um órgão ganha protagonismo neste contexto — o plenário de trabalhadores:

A partir de Maio-Junho de 1974, a influência dos “plenários” de trabalhadores e dos seus órgãos representativos — Comissões de Trabalhadores e Conselhos de Redacção — na gestão e orientação dos meios de comunicação social tornou-se preponderante, subalternizando-se a posição dos proprietários, administradores e directores. (Mesquita, 1988, p. 92)

Na prática, como sublinha o relatório do Conselho de Imprensa relativo a este período, os trabalhadores passam a “exercer uma influência determinante sobre o que é publicado, bem como a designarem ou a vetarem os directores e chefes de redacção” (Conselho de Imprensa, 1979, p. 15). Como refere João Figueira, “gradualmente, quase todos os jornais vão sendo controlados pelas organizações dos trabalhadores da Imprensa” (Figueira, 2012, p. 13). Refira-se que esta era, então, uma realidade transversal à sociedade portuguesa. Fábricas, empresas, cooperativas viam muitas das decisões sobre a sua organização e estratégias comerciais decididas pelos trabalhadores, em plenários com votações de braço no ar. Os conflitos entre as diversas partes, acentuadamente ideológicos, eram frequentes.

Como se disse, no setor da informação, as mudanças e, com elas, os choques entre patronato e trabalhadores (mas também entre diferentes fações de trabalhadores) acontecem de imediato. Desde logo, exige-se o afastamento de figuras ligadas ao regime deposto que ocupavam cargos de administração e direcção nos órgãos de informação. Por outro lado, acentua Mário Mesquita, “diferentes concepções dos *media* e do jornalismo conduziram a afrontamentos dolorosos”, uma vez que “companheiros na luta contra a censura salazarista encontravam-se, agora, em trincheiras que se combatiam de forma implacável” (Mesquita, 2019, p. 17). Era a luta política a subir de tom, consequência também da explosão de partidos e de movimentos políticos que ocorreu com o 25 de Abril.

Efetivamente, com as diversas substituições nas empresas jornalísticas e a preponderância dos órgãos representativos dos trabalhadores, as transformações nas relações de poder no interior das empresas são evidentes. Seria difícil, cremos, perante mudanças tão radicais, que ocorreram tão rapidamente, não existirem tensões. Na verdade, os conflitos, mais ou menos duros, vão ocorrer durante todo o processo revolucionário, atingindo o seu período mais “crítico” no chamado “verão quente” de 1975 (Mesquita, 1994; Cádima, 2001; Ribeiro, 2002; Figueira, 2007; Lima, 2012; Gomes, 2014, 2021). Estas contendas seguiam o ritmo vertiginoso da revolução e, sobretudo, acompanhavam as lutas político-militares mais vastas em torno da definição do tipo de regime a implementar no país, num período de profundas tensões.

Como observa António Reis (1990, p. 408), “a sociedade portuguesa, atravessada por

conflitos surdos que o regime autoritário artificialmente jugulava”, embora pudesse agora “exprimir-se em toda a sua diversidade”, podia também fazê-lo “em toda a sua fragilidade, na complexa trama do seu endémico atraso económico, das suas fragilidades económicas, de uma guerra colonial sem saída militar, da ausência de uma prática democrática décadas a fio, de carências culturais acumuladas”.

Aos jornalistas nunca faltaram acontecimentos para cobrir, personalidades para entrevistar, golpes e contragolpes para anunciar em “primeira mão”. Tudo isto se passava diariamente, sendo a imprensa uma peça de grande relevância no combate político então travado. Também por isso, no interior das redações, se viveram momentos tão tensos, polémicos e emblemáticos do que foi o processo revolucionário.

No matutino *O Século*, por exemplo, depois de várias reuniões, os jornalistas redigem, no início de maio de 1974, um comunicado onde “definem a sua posição” para o futuro, apresentando o Conselho de Redação eleito³, as suas funções e a orientação que pretendem imprimir ao periódico. Quanto ao Conselho, passaria a ter amplos poderes: “Representar a Redacção junto da Direcção, da Administração e das comissões das outras secções da empresa e dar parecer de carácter deliberativo sobre medidas e constituição da Redacção, incluindo a Direcção.” Tem ainda a palavra final sobre a colaboração na escrita de artigos de figuras externas ao jornal, bem como nos “editoriais publicados sem assinatura”, que “deverão ser obrigatoriamente aprovados pelo Conselho de Redacção”.

Finalmente, refira-se um ponto polémico, que é transversal a muitos outros órgãos de comunicação social e que tem que ver com a orientação do jornal. De acordo com o comunicado, “no que respeita aos aspectos informativos, confecção gráfica, opinião e posições políticas, é da exclusiva responsabilidade da Direcção e da Redacção, com exclusão de interferências da Administração”⁴.

Divergências entre trabalhadores e a administração da Sociedade Nacional de Tipografia (SNT), proprietária d’*O Século*, que se recusa a publicar o comunicado dos trabalhadores, ditam uma grave crise no jornal. Os trabalhadores apresentavam uma lista de reivindicações: aplicação do salário mínimo de seis mil escudos, o máximo de 40 horas de trabalho semanais, o saneamento das hierarquias superiores das várias publicações de que a SNT era proprietária e dos chefes de secções do setor gráfico e administrativo, o direito a participarem, através da Comissão de Trabalhadores constituída, na gestão da empresa, etc. O braço de ferro é de tal forma duro que leva à não publicação do jornal a partir do dia 10 de maio.

Na imprensa, o incidente era visto como “a primeira séria violência cometida pelo

3 O Conselho de Redação eleito é composto pelos jornalistas Roby Amorim, João Carreira Bom, Joaquim Benite, Jorge Feio e Adelino Tavares da Silva. Cf. *O Século*, 5 de maio de 1974.

4 *Jornal de Notícias*, 6 de maio de 1974.

patronato contra o movimento dos trabalhadores, renovado após o 25 de Abril”. A administração da SNT recusara-se a publicar o caderno reivindicativo dos trabalhadores, ameaçando entrar em *lock out*. Por sua vez, os trabalhadores decretam greve total, manifestando-se do Bairro Alto (junto das instalações do jornal) até ao Palácio de Belém, onde gritam frases de ordem como “os trabalhadores de *O Século* lutam pelo pão, abaixo os lacaios do patrão”⁵.

Todas as publicações do grupo são suspensas (*Século Ilustrado*, *Vida Mundial*, *Modas e Bordados* e *Cinéfilo*) e *A Capital*, que era impressa nas oficinas da SNT, também deixa de se publicar, manifestando a sua solidariedade. Entretanto, o Conselho de Redação demite-se em discordância com a forma como decorria o processo na empresa e, depois de várias reuniões em que as partes do conflito não chegam a acordo, “a Comissão de representantes dos trabalhadores d’*O Século* chega a ir a Belém, expor o caso à Junta de Salvação Nacional”⁶.

O Século reaparecerá nas bancas a 15 de maio, embora o processo reivindicativo dos trabalhadores se mantenha em curso. É então eleito um novo Conselho de Redação. Num comunicado conjunto da comissão representativa dos trabalhadores e da Administração da SNT são prestados alguns esclarecimentos que revelam as cedências feitas por esta última parte, nomeadamente reconhecendo à Comissão de Trabalhadores o direito à reunião nas instalações do jornal “e dentro do horário de trabalho sempre que necessário”, bem como a “participação crítica nas definições do conteúdo das publicações da empresa através de uma comissão para esse fim eleita”, entre outras⁷.

No interior do periódico não se deixava, porém, de viver momentos de tensão. Como recorda Maria Antónia Palla, “tinha-se formado uma ‘Comissão de Participação Crítica’ que representava a restauração da censura”. “O ambiente dentro das instalações d’*O Século* era de carácter pidesco”, conta ainda a jornalista que integrava a redação (Palla & Reis, 2014, pp. 160 e 167). O conflito, que passará por vários desenvolvimentos ao longo do ano, prolonga-se pelo ano seguinte em que “a empresa assistirá a plenários sucessivos, à ocupação de instalações, manifestações violentas, acusações mútuas, até confronto físico” (Martins, 2018, p. 335). É, todavia, paradigmático do que sucedeu neste período na imprensa e, por isso, não foi, de todo, caso único.

No *Jornal do Comércio (JC)* ocorre, em agosto, um episódio bastante revelador da importância e da força dos movimentos operários neste período. Em causa estava a permanência do diretor, fortemente conotado com a ditadura, à frente do periódico. Era a “primeira vez que os trabalhadores abertamente” se opunham “às determinações de um Conselho de Administração e vão para a greve” com o objetivo de expulsar Carlos Machado, até então “diretor do jornal e que era considerado um agente do capital privado” e acusado da prática de censura

5 *Diário de Lisboa*, 10 de maio de 1974.

6 *O Primeiro de Janeiro*, 14 de maio de 1974.

7 *O Século*, 15 de maio de 1974.

interna, além de colaboracionismo com o Estado Novo (Conselho de Imprensa, 1979, p. 17).

Efetivamente, como se começou por dizer, entre as profundas alterações que ocorreram nos *media* com o derrube da ditadura conta-se um movimento de saneamento de figuras que ocupavam cargos de administração, direção e de muitos outros trabalhadores, acusados de colaboracionismo com o regime, que perpassa praticamente todo o setor, como, de resto, sucedeu em muitas outras áreas da sociedade. Estas primeiras purgas, nota António Costa Pinto, “ocorreram espontaneamente em várias empresas e as exigências de saneamentos fizeram parte das palavras de ordem das primeiras greves” (Pinto, 2001, p. 364). A partir de então, o processo ganhará outros contornos, em grande medida consequência também do desenvolvimento do próprio processo revolucionário e das convulsões que vão existir.

Os 46 dias de greve no *Jornal do Comércio*

O *Jornal do Comércio* vivia, em agosto de 1974, momentos particularmente conturbados, dada a insatisfação e reivindicações dos seus trabalhadores. Por isso, perante a “resistência da parte da administração” da empresa em ceder às exigências, emitem um comunicado onde apresentam o seu caderno reivindicativo:

- 1 — Saneamento na Empresa nomeadamente no que respeita aos corpos de Administração, Direcção e Chefias. Dentro deste ponto, exige-se a imediata demissão do director e administrador do jornal, Carlos Rodrigues Machado [...] cuja política de opressão e exploração dos trabalhadores é sobejamente sentida por todos nós, além de que se trata de um indivíduo incondicionalmente identificado com o regime deposto [...].
- 2 — Os trabalhadores [...] exigem salários iguais aos jornais de grande expansão, servindo de padrão o *Diário Popular* [...].
- 3 — Exigem a divulgação dos ordenados pagos na Empresa [...].
- 4 — Exigem o cumprimento rigoroso das ordens de serviço emanadas da Administração após o “25 de Abril”, que contemplavam alguns interesses dos trabalhadores [...].
- 5 — Abolição de marcação de “ponto”.
- 6 — Revisão imediata das nomeações a postos de chefia após o “25 de Abril”.
- 7 — Um posto clínico na Empresa com um enfermeiro.
- 8 — Bar e refeitório a preços acessíveis. Enquanto este não existir, subsídio de alimentação, conforme foi acordado no *Diário Popular*.
- 9 — Gratificação equivalente a um mês de ordenado pela Páscoa⁸.

8 *Diário de Lisboa*, 23 de agosto de 1974.

Tinham passado praticamente quatro meses do golpe militar e, perante a ausência de respostas a estas questões, os mais de trezentos trabalhadores da Empresa do *Jornal do Comércio* decidem avançar para uma medida extrema: a organização de uma greve. Ocupam os seus locais de trabalho a 21 de agosto. Colegas do mesmo grupo, os trabalhadores do *Diário Popular* e do *Comércio do Porto* demonstram, publicamente, a sua solidariedade. Despontam também “iniciativas de apoio aos trabalhadores do *JC*, lançadas sobretudo por organizações de extrema-esquerda” (Martins, 2018, p. 339). A administração, por seu lado, mantinha a recusa em aceitar as exigências propostas.

Esta contenda tem início sensivelmente um mês após a tomada de posse do II governo provisório, o primeiro tendo Vasco Gonçalves como primeiro-ministro e que inclui um novo ministro do trabalho, o também militar Costa Martins. Naquele momento, o contexto é de um duro confronto entre o Presidente da República, António de Spínola, e a Comissão Coordenadora do MFA, no qual se colocam em evidência as diferentes soluções que cada um defendia para a “questão colonial”. Todavia, após uma fase inicial que se prolonga até à queda do I governo provisório, nesta altura é já clara uma “inversão da correlação de forças em favor da Coordenadora do MFA”, que “Spínola é um homem derrotado” e que um dos aspetos mais relevantes da sua estratégia vai ser “a captação de apoios no interior das Forças Armadas” (Rezola, 2007, pp. 93-94). O ambiente político é, portanto, de grande crispação.

Quanto ao *JC*, o clima de tensão vai, também ele, subindo de tom e, após várias reuniões plenárias, os trabalhadores decidem avançar para uma manifestação em frente do Ministério do Trabalho, cujo novo ministro, entretanto, os recebera em audiência (e voltará a receber mais tarde)⁹. O caso começa a ganhar visibilidade pública e os grevistas prometem não baixar os braços. Perante os acontecimentos, o Conselho de Ministros emite um comunicado apelando a um acordo e ao fim da greve, referindo:

Confia o governo em que os trabalhadores da Imprensa, assim como empresários e directores, compreendam o interesse do País em que problemas realmente secundários se não tornem motivo ou pretexto aproveitado para tentarem agravar conflitos e criar um clima de insegurança e intranquilidade. (Conselho de Imprensa, 1979, p. 17)

Não passou de uma tentativa frustrada, pois, enquanto a greve se prolongasse, a administração insistia em recusar qualquer negociação. Os trabalhadores, por outro lado, prosseguiram com os seus objetivos e avançam para a elaboração de um jornal de luta, onde expuseram os seus pontos de vista, elaboraram uma “cronologia dos acontecimentos”, denunciando, uma vez mais, a existência de “censura interna” no jornal. No Editorial — “razões

⁹ *Diário Popular*, 27 de agosto de 1974; *O Primeiro de Janeiro*, 2 de setembro de 1974.

de uma atitude” — destacava-se, uma vez mais, “o ponto não negociável” que era a demissão do diretor do jornal. Sobre este, dizia-se:

para o director-administrador Carlos Machado, os órgãos legais dos trabalhadores eram letra morta. Mas as pessoas não contavam mais. Escarnecia de todos e de tudo. Apenas se propôs dominar por meio da mentira, da intriga, do suborno, da ameaça e da ofensa sórdida, sem respeitar ninguém. Era, assim, profundo o fosso entre ele, o déspota, e o pessoal trabalhador, ofendido e humilhado¹⁰.

Pouco depois, a 27 de agosto, militares do COPCON (Comando Operacional do Continente) selam as instalações do jornal, por indicação do governo. A greve de trabalhadores, porém, permanece, com piquetes de vigilância à porta. Os grevistas estavam irredutíveis quanto à exigência de afastamento do diretor, ponto assente desde o início. Todavia, não deixavam também de se mostrar publicamente descontentes com a “indiferença” que diziam observar da parte do Sindicato dos Jornalistas relativamente à sua luta¹¹. Prova do impacto que este caso já tinha na opinião pública (era notícia regular na imprensa), é o facto de o próprio sindicato se apressar a emitir, logo no dia seguinte, um comunicado autocriticando-se e manifestando “total apoio” aos grevistas do *JC* e “colocando-se ao seu inteiro dispor em tudo quanto possa contribuir para a vitória final da sua luta”¹².

Note-se que, também por esta altura, entra em vigor a Lei da Greve (27 de agosto), que, entre outras coisas, refere que “é ilícita a greve que tenha como objectivo a modificação de contratos e acordos colectivos de trabalho, antes de expirado o seu prazo de vigência”, proibindo também “a ocupação dos locais de trabalho durante a greve”, entre muitas outras disposições¹³. Trata-se de uma lei que é “criticada pelo PS [Partido Socialista] e, em resposta, defendida pelo PCP [Partido Comunista Português]” e que é “combatida pelos grevistas da TAP e do *Jornal do Comércio*, que não a cumprem” (Varela, 2011, p. 97). Ou seja, os trabalhadores, entre eles os do setor da informação (pelo menos estes do *JC*), começam, de imediato, a contestar a nova lei do II governo provisório, que, como se disse, era chefiado por Vasco Gonçalves. O “caso do *JC*” entrara, assim, também noutra tipo de luta política.

A 3 de setembro, a união do setor da informação é, novamente, posta em evidência. Perante o impasse das negações entre os representantes dos trabalhadores, os delegados da administração do *Jornal do Comércio* e o próprio Ministério do Trabalho, os trabalhadores da imprensa de Lisboa marcam uma assembleia plenária. O salão da Voz do Operário é o palco

10 *Diário de Lisboa*, 28 de agosto de 1974.

11 *Diário de Lisboa*, 28 de agosto de 1974.

12 Comunicado de 29/8/1974. Pasta 299 — Informações, comunicados jan.73 a fev.77. Arquivo do Sindicato dos Jornalistas.

13 Diário do Governo, n.º 199, 1.º Suplemento, Série I, de 27-08-1974.

de uma discussão que envolve as direções dos sindicatos dos gráficos de Lisboa e do Porto, dos jornalistas, administrativos e revisores e dos vendedores de jornais e lotarias¹⁴. Como consequência, por decisão da “esmagadora maioria” dos presentes, durante 24 horas o país fica privado de jornais, que assim voltam a demonstrar o seu apoio à luta dos trabalhadores do *Jornal do Comércio*. Apenas *O Século* não adere à greve, sendo, então, impedida a sua distribuição¹⁵. Também a rádio e a televisão mantêm as suas emissões, por entenderem que o país não deve ficar totalmente privado de conteúdos informativos (Conselho de Imprensa, 1979, p. 18). O governo, pelo contrário, condena a atitude de quem adere à greve de 24 horas, considerando que a decisão “não serve os trabalhadores nem a consolidação da democracia”. E deixa um aviso:

Atento aos problemas que afectam o Povo português e serenamente compreensivo para com todos os portugueses, o Governo sente-se no dever de esclarecer que não tolerará e intervirá com os meios necessários para evitar qualquer degradação da situação política e social que faça perigar o actual curso democrático da política portuguesa¹⁶.

A situação há muito que se havia complexificado, ultrapassando os limites de um mero conflito laboral, e alguns órgãos de informação foram clarificando publicamente as suas posições. Num extenso artigo que publica no dia seguinte à suspensão de publicação de jornais, o *Diário de Lisboa* revela o posicionamento da redação, deixando patente o seu apoio à luta dos trabalhadores do *JC*, mas sublinhando que não alinhará em mais ações congéneres. Pode ler-se no jornal: “O objetivo primeiro de luta daqueles nossos camaradas não justifica uma iniciativa de nível nacional, aliás perigosa não só por atingir uma larga camada da população e por travar escusadamente o processo de esclarecimento e democratização da vida portuguesa.” Por outro lado, manifesta total solidariedade quanto à exigência de “saneamento de Carlos Machado, a quem não reconhecem idoneidade para dirigir um jornal integrado no processo democrático em curso”¹⁷.

A decepção dos grevistas face à conduta do governo em todo o processo é cada vez maior. Os trabalhadores reclamam maior intervenção e, sobretudo, pressão junto da administração para que se concretize o saneamento do diretor do jornal. Em entrevista à RTP, João Rosa, do *JC*, dirá:

14 *Diário de Lisboa*, 3 de setembro de 1974.

15 *O Primeiro de Janeiro*, 5 de setembro de 1974 e *Luta Popular*, 12 de setembro de 1974.

16 *O Primeiro de Janeiro*, 5 de setembro de 1974.

17 *Diário de Lisboa*, 5 de setembro de 1974.

Há sem dúvida, da nossa parte, uma certa desilusão quanto às possibilidades de atuação do Ministério do Trabalho quatro meses após o 25 de Abril. São exatamente muito escassas e, pela boca do próprio ministro, e também do secretário de Estado do Trabalho, tivemos conhecimento, tivemos noção, tantas vezes isso nos foi reafirmado, de que o Ministério do Trabalho é atualmente incompetente para resolver um problema destes, na medida que não tem bases legais para se intrometer na vida de uma empresa privada ao nível de obrigar ao saneamento de um dos seus administradores e, neste caso, diretor do jornal de que a empresa é proprietária¹⁸.

Outro trabalhador do *JC*, José Amaro, não tem dúvidas do rumo a seguir, afirmando, ao microfone da televisão:

O que os trabalhadores do *Jornal do Comércio* têm que fazer, porque estão conscientes da sua razão e até da sua razão histórica, é tentar mobilizar ainda bastante mais e bastante mais organizada-mente os trabalhadores que pertencem à mesma classe ou que pertencem a classes igualmente como nós exploradas e dominadas pelo capitalismo¹⁹.

Pouco depois, os grevistas queixam-se de uma “campanha de calúnia” orquestrada pelo Partido Comunista Português²⁰. A Organização de Lisboa dos Jornalistas do Partido Comunista Português, em comunicado, tinha lançado farpas à paralisação dos jornais — uma forma indireta de criticar a luta dos trabalhadores do *JC* — não a considerando um ato solidário: “Num processo como o do *Jornal do Comércio* os trabalhadores, ao paralisarem os jornais, prescindiram de um veículo precioso para canalizarem a própria luta daquele diário e a solidariedade dos trabalhadores dos outros quotidianos”²¹.

Também o jornal oficial do partido, o *Avante!*, publica um comunicado da célula dos gráficos do PCP onde se afirma “que os trabalhadores estão a transformar-se num ‘joguete da reacção’ e que a greve de solidariedade gerou um problema nacional porque põe em causa a aliança Povo/MFA e a democratização do País” (Varela, 2011, p. 105). Ainda que inicialmente o caderno reivindicativo dos trabalhadores fosse essencialmente do foro laboral, os contornos políticos deste episódio vão sendo cada vez mais evidentes, tendo em consideração este tipo de associações, a que se vai juntar a resposta, que não tarda.

Nesse mês de setembro, no seu já referido jornal de luta — *A Greve no Jornal do Comércio* —, os grevistas lançam duríssimas críticas ao Partido Comunista Português, acusando-o, no fundo, de procurar proveitos próprios e não defender o movimento operário constituído:

18 Noticiário Nacional de 1974, 9 de setembro de 1974, Arquivo RTP.

19 Noticiário Nacional de 1974, 9 de setembro de 1974, Arquivo RTP.

20 *Diário de Lisboa*, 9 de setembro de 1974.

21 *Diário de Lisboa*, 5 de setembro de 1974.

O que ao PCP interessa, como A TODOS OS PARTIDOS HIERARQUIZADOS E DE CÚPULAS, É LEGALMENTE CONSTITUIR-SE EM EMPRESA QUE NO MOMENTO OPORTUNO DISTRIBUIRÁ OS LUGARES DO PODER AOS SEUS COMITÉS E CHEFES DE SERVIÇO. (Citado em Varela, 2011, p. 105)

Entretanto, a administração apresenta uma proposta alternativa ao ministro da tutela, que consistia em manter Carlos Machado no cargo de diretor-administrador, juntando-lhe um diretor-adjunto, que ficaria responsável pelas “relações com os trabalhadores”. Estes, por sua vez, recusando-a liminarmente, apressam-se a considerar a ideia como “mais uma manobra de tentativa de protelamento das formas últimas da sua luta”²². Haviam passado já 18 dias de greve e, num novo comunicado, os trabalhadores reafirmam a “marcha irreversível da sua luta”²³.

As manifestações de solidariedade não cessam. “O coletivo musical GAC (Grupo de Ação Cultural), fundado, entre outros, por José Mário Branco, dará voz” ao combate travado pelos trabalhadores do *JC* (Martins, 2018, p. 339). Um espetáculo musical de apoio decorre, dias depois, no Coliseu dos Recreios de Lisboa, enquanto os piquetes de greve em frente das instalações do jornal e os múltiplos plenários de trabalhadores e sindicatos continuam a acontecer, tal como os apoios (agora também dos camaradas da RTP, que transmitem um comunicado na televisão), mantendo-se, todavia, o braço de ferro dos trabalhadores com a administração.

Por fim, a 6 de outubro, após 46 longos e conturbados dias de greve, os trabalhadores do *Jornal do Comércio* voltariam aos seus postos de trabalho. A sua reivindicação principal havia sido conseguida: o diretor tinha sido destituído²⁴. Carlos Machado é inclusivamente preso, acusado de estar implicado nos acontecimentos de 28 de Setembro (Varela, 2011; Martins, 2018). Os selos da porta são, finalmente, retirados pelas forças de segurança, os trabalhadores puderam entrar, mas o jornal apenas volta às bancas a 27 de janeiro de 1975, tendo na direção Fernando Teixeira, que tinha passado pelas redações do *Diário Popular* e de *O Comércio do Porto*. O periódico viu também substituída a rotativa clássica pela impressão em máquina de *offset*, uma mudança assinalável.

Procurou-se, assim, imprimir um novo fôlego ao jornal centenário, com uma renovação de recursos técnicos, depois de um período agitado. O novo diretor, numa intervenção televisiva — ainda que pouco apelativa e entusiasmante — dá conta da nova fase do novo jornal: “É, portanto, um jornal renovado para o Portugal em renovação que estamos a viver. Mantendo as suas tradições de órgão representativo das atividades económicas, será também um jornal

22 *O Primeiro de Janeiro*, 3 de setembro de 1974.

23 *Diário de Notícias*, 9 de setembro de 1974.

24 *Diário de Lisboa*, 6 de outubro de 1974; *O Primeiro de Janeiro*, 8 de outubro de 1974.

de grande informação”²⁵. No artigo que assina já como diretor, reafirma estes propósitos, assegurando que o periódico está a construir-se “sob o signo da democracia e da vontade progressista popular”²⁶. Segue-se o conturbado e não menos desafiante ano de 1975.

Conclusão

Através deste caso que ocorreu no *Jornal do Comércio* cruzamo-nos com algumas das questões que mais discussão e polémica causaram ao longo do processo revolucionário, sendo, muitas delas, transversais aos vários setores da sociedade portuguesa: as lutas dos trabalhadores em confronto com o patronato, a relevância das comissões e dos plenários de trabalhadores, o recurso à greve e a outras formas de protesto por melhores condições laborais, o papel das organizações sindicais, os saneamentos políticos, a liberdade de imprensa, o envolvimento de partidos políticos em problemas relacionados com a imprensa, etc. Nas páginas dos jornais, todos estes temas foram noticiados e, não raras vezes, desenvolvidos com detalhe. Era a imprensa a cumprir o seu papel de divulgar o que ocorria no país, mas também a marcar a agenda, sendo protagonista de acontecimentos.

Este é, sem dúvida, mais um episódio que coloca em evidência o papel relevante que os *media* tiveram neste período e, no caso concreto, o papel dos trabalhadores do setor enquanto intervenientes num país onde se passara a ter a possibilidade de mudar o estado das coisas “com as próprias mãos”. Nesse sentido, os trabalhadores do *JC* ao iniciarem uma greve, indo contra a própria lei recentemente aprovada, fazendo frente à administração da empresa detentora do jornal e conseguindo atingir o seu principal objetivo — o afastamento do diretor-administrador —, mostraram bem as transformações que estavam a ocorrer na sociedade portuguesa.

Tal como ocorreu em empresas e fábricas de várias áreas, no *Jornal do Comércio* os trabalhadores mobilizaram-se, receberam apoios vários e a solidariedade de praticamente todo o seu setor de atividade, prosseguindo um duro braço de ferro que durou 46 dias. Conjuntamente com casos anteriores (*O Século*, um caso que se vai prolongar) e posteriores (*Rádio Renascença*, *República*, “os 24 do *Diário de Notícias*”, entre outros), este episódio revela não apenas a perda de poder das hierarquias superiores dos jornais em contraste com o crescente protagonismo das comissões de trabalhadores, mas igualmente a ampla capacidade mobilizadora do setor da informação, que se prolonga pelos meses da revolução, sempre num ambiente de grande tensão e de fortes clivagens internas. De igual modo, não deixa também de evidenciar os contornos políticos associados a um caso que começa por se apresentar como

25 Informação Diária de 1975, 3 de fevereiro de 1975, Arquivo RTP.

26 *Jornal do Comércio*, 27 de janeiro de 1975.

um conflito laboral, com reivindicações concretas, mas que, com o desenrolar do processo, se associa, pelo menos, a críticas ao II governo provisório, dirigidas ao seu ministro do Trabalho, bem como ao PCP, do qual é, pelo contrário, alvo de críticas, a que responde.

No caso do *Jornal do Comércio* tudo isto terá efeitos drásticos. Passado o longo período da greve e o regresso ao trabalho no início de 1975, os acontecimentos de 25 de Novembro ditam uma nova suspensão do *JC*, que acabará por ter os dias contados. De regresso às bancas com um novo diretor — Luís Salgado de Matos — o periódico, que atravessava uma delicada situação financeira, não vai resistir aos novos tempos da institucionalização da democracia e, em 1976, após cerca de 120 anos, termina a sua publicação.

Bibliografia

Bibliografia e Fontes

- Cádima, F. R. (2001). Os «media» na revolução (1974-1976). In J. M. B. de Brito (Coord.), *O país em revolução* (pp. 321-358). Editorial Notícias.
- Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975)* [Relatório]. Conselho de Imprensa.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no verão quente de 1975*. MinervaCoimbra.
- Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010)*. Angelus Novus.
- Gomes, P. M. (2014). *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no verão quente de 1975*. Alêtheia.
- Gomes, P. M. (2021). *A imprensa na revolução. Os novos jornais e as lutas políticas de 1975*. Imprensa Nacional.
- Lemos, M. M. (2020). *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1528-8>
- Lima, H. (2012). *Os diários portuenses e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Martins, P. (2018). *No bairro dos jornais. As histórias que marcaram o Bairro Alto e os seus jornais*. Quetzal.
- Mesquita, M. (1988). Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão *ad hoc* à Lei de Imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*, (8), 85-113.
- Mesquita, M. (1994). Os meios de comunicação social. In A. Reis (Coord.), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 361-405). Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. (2019). O corte revolucionário nos media e o “efeito de atraso” nas teorias da comunicação. *Media & Jornalismo*, 19(35), 15-22. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_1

- Palla, M. A., & Reis, P. (2014). *Viver pela liberdade*. Matéria-Prima.
- Pinto, A. C. (2001). Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia 1974-1976. In J. M. B. de Brito (Dir.), *O país em revolução* (pp.359-384). Editorial Notícias.
- Reis, A. (1990). A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização. In A. Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo* (Vol. 3, pp. 13-62). Publicações Alfa.
- Rezola, M. I. (2007). *25 de Abril: Mitos de uma revolução*. A Esfera dos Livros.
- Ribeiro, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Universidade Católica Portuguesa.
- Varela, R. (2011). *A história do PCP na revolução dos cravos*. Bertrand Editora.

Arquivos consultados

- Arquivo do Sindicato dos Jornalistas
Arquivo da Rádio e Televisão de Portugal (RTP)

Jornais consultados

- Diário de Notícias*
Diário de Lisboa
Diário Popular
Jornal de Notícias
Jornal do Comércio
Luta Popular
O Primeiro de Janeiro
O Século

Nota biográfica

Pedro Marques Gomes Professor Assistente Convidado na ESCS-IPL, Professor Auxiliar na Universidade Lusófona e Investigador Integrado no HTC/NOVA-FCSH.

Ciência ID: 9F16-36EF-3B4B

ORCID ID: 0000-0002-3189-3388

Scopus Author ID: 57214220523

Morada: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal